



ACÓRDÃO Nº620/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11544/2018.

Apensos: Processo nº 14223/2017, 14122/2017 e 14224/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Marcos Ricardo Herszon Cavalcante – OAB/AM 2324, Paulo Rogério Arantes – OAB/AM 1509, Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira – OAB/AM 4831, Maria Glades Ribeiro dos Santos – OAB/AM 2144, Rubens Samuel Benzecry Neto – OAB/AM 9212, Victória Dutra de Alencar Arantes – OAB/AM 10316, Maria Fernanda Vianez de Castro e Cavalcanti – OAB/AM 13.000, Monica Thaynah Monteiro Fiuza – OAB/AM 13.742, Daniel Pacheco Gonçalves – OAB/AM 13.249.

7- Unidade Técnica: DICAMM E DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1509/2021-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Recomendação. Arquivamento. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, exercício de 2017, de responsabilidade da **Sra. Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt**, nos termo do art. 22, II da Lei Estadual nº 2423/1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas).

10.2. Determinar à Secretaria Municipal de Educação - SEMED:

10.2.1. Realize tempestivamente os pagamentos do órgão, de modo a evitar o pagamento de juros e multas;

10.2.2. Publique tempestivamente os extratos dos contratos e contratações diretas, nos termos do art. 26 e 61, parágrafo único, ambos da Lei Federal nº 8666/93 ou aos dispositivos equivalentes na Lei Federal nº 14133/2021 (Nova Lei de



ACÓRDÃO Nº620/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Licitações);

- 10.2.3.** Nas contratações de obras e serviços de engenharia, exija o cumprimento legal de todas as especificações técnicas descritas na Lei Federal nº 8666/93 e da Súmula 258 do Tribunal de Contas da União - TCU;
- 10.2.4.** O cumprimento do art. 48 e 49 da Lei Federal nº 14.129/2021 (Gestão de Riscos e Controle Interno);
- 10.2.5.** Que o Controle Interno exija o cumprimento da Lei Estadual nº 4738/2018 (Lei de Integridade do Amazonas).

10.3. Determinar à Secretaria de Controle Externo - SECEX, que, por meio da Comissão de Inspeção desta da SEMED que fiscalizará o exercício de 2021, verifique o cumprimento das determinações mencionadas anteriormente.

10.4. Recomendar à **Secretaria Municipal de Educação – SEMED** que:

- 10.4.1.** Demonstre, em suas contratações a totalidade da previsibilidade de receita para as despesas delas decorrentes, ainda que a execução seja parcelada e ultrapasse o exercício financeiro;
- 10.4.2.** O uso de instrumentos da Nova Lei de Licitações quanto ao Estudo Técnico Preliminar.

10.5. Arquivar o Processo nº 14122/2017 com o fito de evitar a duplicidade de tramitações no âmbito dessa Corte uma vez que o seu objeto foi analisado no bojo dessa prestação de contas e que tais contratos demonstram ter obedecido à legalidade;

10.6. Dar ciência do Acórdão e Relatório/Voto à **Sra. Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt**, bem como à sua Advogada, ao **Sr. Alan Lopes Miranda** e as empresas notificadas para que tomem as medidas que entender cabíveis.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Julho de 2021

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº620/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral